



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Secretaria de Administração

Coordenadoria de Licitações e Contratos

Seção de Elaboração de Editais

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 94/2026

SEI Nº 14895-61.2026.6.16.8000

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, com sede em Curitiba - PR, na Rua João Parolin, 224, inscrito no CNPJ sob nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Valcir Mombach, pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133, de 01/04/2021 e legislações pertinentes, contrata a **empresa INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO - IBDA**, inscrita no CNPJ nº 29.419.181/0001-77, com sede na rua Olímpio de Assis, 77, Cidade Jardim, Belo Horizonte/MG, CEP 30380-150, telefone (31) 99888-9090, e-mail inscricao@ibda.com.br, para a participação de servidores deste regional no **40º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO**, com fulcro no **artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei nº 14.133/2021, inexigibilidade de licitação**:

***Art. 74.** É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

...

***III** – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*

...

***f** - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

Observa-se, deste modo, a inexigibilidade de licitação, pois a contratação fundamenta-se na prestação de serviço técnico e de notória especialização da empresa que realizará o evento. Conforme informado na representação do curso, documento nº 0480241, o Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), fundado em 1975, é a associação de juspublicistas mais tradicional e relevante do país, reconhecida pela excelência em estudos e eventos. A entidade possui notória especialização na área, destacando-se por sua atuação em fóruns nacionais e internacionais, participação em audiências públicas, intervenções como *amicus curiae* no Supremo Tribunal Federal (STF) e contribuições para o aprimoramento legislativo e institucional.

Além disso, a contratação fundamenta-se, também, na prestação de serviço técnico e de notória especialização dos profissionais que ministrarão o evento, comprovada através dos currículos constantes no Anexo III.

O valor total desta contratação é de **R\$ 56.700,00 (cinquenta e seis mil e setecentos reais)**, estando inclusos todos os tributos, encargos sociais, ônus trabalhistas e previdenciários, ou outros de quaisquer naturezas para a prestação do serviço.

A despesa correrá à conta do Programa de Trabalho Capacitação da Escola Judiciária Eleitoral.
Categoria: Custeio.

O código para lançamento no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG é: 21172 – treinamento qualificação profissional; unidade de fornecimento: unidade.

Anexos:

I – Termo de Referência.

II – Proposta da Contratada.

III – Currículo do(s) Instrutor(es).

Curitiba, 05 de outubro de 2026.

Eduardo Gomes dos Santos
Seção de Elaboração de Editais

Maria Carolina de Marques Gomes
Chefe da Seção de Elaboração de Editais

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Participação de 28 (vinte e oito) servidor(es) no 40º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.

2. OBJETIVO DO CURSO

2.1. O curso tem como objetivo promover a capacitação e o aperfeiçoamento de profissionais, estudiosos e agentes públicos e privados por meio da participação em debates com grandes nomes do Direito Público e da realização de oficinas práticas.

2.2. Busca-se estimular um ambiente plural para discutir temas complexos sobre a relação entre Estado, setor privado e cidadão com foco nos impactos da tecnologia, inovação, governo digital e inteligência artificial, além de debater a aplicação operacional da Nova Lei de Licitações e Contratos, diretrizes de integridade, combate à corrupção e o papel do controle na Administração Pública, contribuindo para a melhoria contínua do ambiente de negócios no país.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

3.1. Conforme consta no Anexo II.

4. LOCAL E DATA

4.1. O evento será realizado na modalidade presencial, com carga horária de 30 (trinta) horas aula, no período de 25 a 27 de novembro de 2026, das 09:00 às 19:00.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Manifestar o aceite da Nota de Empenho no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contados do comunicado feito pelo TRE. Não ocorrendo o aceite da Nota de Empenho no prazo determinado, a contratada estará sujeita às penalidades cabíveis.

5.2. Emitir certificado ao final do curso.

5.3. Cumprir fielmente os termos da Proposta apresentada (Anexo II).

6. PROTEÇÃO DE DADOS

6.1. As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018.

6.2. A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, caracteriza falta grave e enseja MULTA DE 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

6.3. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução desta contratação com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

7. FISCALIZAÇÃO

7.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117, o acompanhamento desta contratação se dará pelo gestor e, na sua ausência, impedimentos ou afastamentos, pelo substituto oficialmente designado.

7.2. Caberá ao **gestor**:

- a) Acompanhar a contratação de acordo com as cláusulas deste termo, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa;
- b) Comunicar à contratada, via e-mail, carta ou ofício, os problemas relacionados à execução do objeto, fixando prazos para solucioná-los ou para correções dos defeitos ou irregularidades encontradas;
- c) A persistirem as irregularidades, abrir processo administrativo, na modalidade eletrônica (PAD), instruí-lo devidamente, com todas as informações pertinentes, em formulário específico, anexando cópia do e-mail enviado para o fornecedor, referente à intenção de abertura de processo administrativo e com o respectivo comprovante de recebimento pela contratada, e encaminhá-lo para apreciação superior;
- d) Receber e atestar o documento fiscal referente à execução do objeto, encaminhando-o ao setor responsável, para pagamento.

7.3. Se houver desacordo nas especificações do objeto, contidas nesse termo, não ocorrerá o atestado do documento fiscal.

8. PAGAMENTO

8.1. O documento fiscal poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao responsável pela fiscalização da contratação do TRE-PR por e-mail, em formato “.pdf”, ou poderá ser apresentado na forma física.

8.2. O documento fiscal deverá ser emitido pela contratada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis do término do curso ou evento e deverá conter o nome e número do banco, agência e conta corrente para depósito. A conta corrente obrigatoriamente deverá ser da própria contratada.

8.3. Outras especificações necessárias ao documento fiscal, as quais são requisitos indispensáveis para que possa ser atestado e encaminhado para pagamento:

- CNPJ do TRE: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão do documento fiscal;
- Descritivo dos valores unitário e total.

8.4. Caso a empresa contratada seja optante do SIMPLES, deverá a NF estar acompanhada de Declaração, conforme anexo IV da IN 1234/12 da SRF, nos termos do Inciso XI do artigo 6º.

8.5. O atesto do documento fiscal deverá ser feito até 05 (cinco) dias úteis, após comprovação do cumprimento de todas as exigências desta contratação.

8.6. O documento fiscal, acompanhado das certidões regularizadas da empresa, após o atestado da contratação, deverá ser encaminhado à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se providencie o pagamento.

8.7. O pagamento será feito em parcela única, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada, no valor do documento fiscal, em até 05 (cinco) dias úteis, sempre contados após o atestado do documento fiscal.

8.8. Caso a contratada esteja inadimplente quanto à documentação habilitatória, conferida pela contratante para pagamento, estará sujeita à abertura de processo administrativo, visando regularizar a documentação sob pena de ser aplicada a sanção de advertência.

8.9. A atualização monetária e a multa, provenientes do atraso no recolhimento das obrigações tributárias e/ou previdenciárias serão descontadas do valor do documento fiscal correspondente, quando a contratada lhe der causa.

8.10. O não atendimento às especificações do documento fiscal, bem como a não comprovação da regularidade fiscal, darão causa às penalidades cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

8.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto e mediante solicitação formal da interessada, fica estabelecido que os encargos moratórios (juros e correção monetária) devidos pelo TRE-PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da fórmula $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$.

8.13 Da substituição tributária: O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e qualquer tributo, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

9. REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em agosto de 2026. Se decorrido um ano, os preços serão reajustados pela aplicação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

10. SANÇÕES

10.1. O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo a Lei nº 14.133/2021, com a possível aplicação das seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

10.1.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.2. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

10.3. As condutas de natureza LEVE são passíveis de ADVERTÊNCIA e àquelas de maior gravidade aplicam-se as MULTAS, conforme a seguir determinado.

10.3.1. ADVERTÊNCIA:

Relação de descumprimentos (ocorrência)	
1	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
2	Falta de retorno às comunicações do TRE;

10.3.2. MULTAS: aplicadas de modo interdependentes, quando decorrentes de fatos diversos:

Graduação da sanção (natureza)	Relação de descumprimentos (ocorrência)	Dosimetria e a base de incidência
MÉDIA	1. Atraso reiterado no início do evento e/ou não cumprimento do cronograma proposto.	0,5% (meio por cento) sobre o valor total da contratação
	2. Não entrega de certificado para os participantes.	3% (três por cento) sobre o valor total da contratação
GRAVE	1. Não observância da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).	10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação
GRAVÍSSIMA	1. Paralisação ou abandono total da prestação dos serviços, que impliquem rescisão unilateral da contratação.	20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação
	2. Inadimplemento total do objeto contratado.	

10.3.3. Poderá ser aplicada a sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR NO ÂMBITO DA UNIÃO**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a) inexecução parcial da contratação que cause dano grave à administração;
- b) inexecução total da contratação;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

10.3.4. Poderá ser aplicada a sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR**, nos termos do § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos descritos no item acima que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, bem como:

- a) apresentar documentação ou declaração falsa.
- b) praticar ato fraudulento.
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013.

10.4. A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a CONTRATADA à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação.

10.5. A aplicação das sanções previstas não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.6. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, nos termos do art. 166, §

único, da Lei nº 14.133/2021.

10.7. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, nos termos do art. 167, da Lei nº 14.133/2021.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75/2012 do Ministério da Fazenda) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.10. A contratada autoriza desde já o desconto de multa determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

10.11. Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

10.12. As sanções serão registradas no SICAF e publicadas no DOU, nos casos de impedimento.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Dúvidas referentes a esta contratação poderão ser sanadas com a Seção de Capacitação do TRE-PR, pelos telefones (41) 3330-8541 e (41) 3330-8856, ou pelo e-mail sca@tre-pr.jus.br, no horário das 12h00 às 18h00.



40° cbda

Congresso Brasileiro
de Direito Administrativo

CURITIBA - PR

PERMANÊNCIAS, DISRUPÇÕES E FUTURO

**25 A 27
NOV/2026**



O IBDA

O Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA

é uma entidade civil, científica, cultural e sem fins lucrativos. Fundado em Curitiba, em 1975, nasceu com o propósito de colaborar com o poder público na importante tarefa de aperfeiçoar as instituições administrativas e a ordem jurídica, tornando-se um marco histórico na academia jurídica brasileira.

Hoje, o IBDA é a mais tradicional e relevante associação de juspublicistas do país. Sua marca é reconhecida pela comunidade jurídica pela seriedade, qualidade e experiência na realização de eventos e na promoção de estudos.

O Instituto tem conduzido fóruns nacionais e internacionais, participado de audiências públicas nos poderes públicos, atuado como *amicus curiae* no Supremo Tribunal Federal, produzido enunciados e contribuído para o aprimoramento da legislação e para o fortalecimento do diálogo com o Judiciário. Trata-se de uma entidade tradicional que goza de elevada respeitabilidade no cenário jurídico.



O 40º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo já tem data e destino definidos: de 25 a 27 de novembro, em Curitiba, a comunidade jurídica se reúne para refletir sobre os caminhos do Direito Público no Brasil.

Com o tema **“Permanências, disrupções e futuro”**, esta edição propõe um olhar atento sobre o que deve ser preservado, o que precisa ser transformado e quais tendências que moldam a Administração Pública. Em um cenário de constantes mudanças, o congresso será um espaço de debate qualificado, troca de experiências e construção de novas perspectivas.

O evento reúne grandes nomes do Direito Administrativo, autoridades públicas, pesquisadores e profissionais de todo o país, consolidando-se como o maior congresso de Direito Administrativo do país.

As inscrições já estão abertas.
Acesse: ibda.com.br/congresso

SOBRE OS CONGRESSOS

Os 39 congressos realizados pelo IBDA foram referência para administrativistas, servidores públicos, acadêmicos e operadores do Direito. A cada edição, o congresso reúne renomados juristas, autoridades, membros do Ministério Público, magistrados, advogados, professores e estudantes, gerando debates relevantes sobre os temas mais atuais da gestão pública, governança, licitações, regulação, improbidade administrativa, contratos, inovação institucional e outros desafios contemporâneos.

O mais recente congresso foi realizado em Belo Horizonte celebrando os 50 anos do IBDA. O 39º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo reuniu cerca de 4.000 participantes, entre profissionais, instituições, congressistas, palestrantes, patrocinadores e expositores de todo o país, consolidando-se como um marco importante na história do Instituto.



DIREITO + CULTURA



Além de ser um evento que reúne profissionais do Direito Administrativo de todo o país, os congressos do IBDA são verdadeiros mosaicos culturais. Ao longo de sua história, o congresso já passou por diversas regiões do país e sempre incorporou a identidade local em sua programação. Em cada edição, artistas regionais, sabores típicos, música e manifestações culturais dão vida ao espaço onde é realizado o congresso e transformam coffee breaks em pequenas celebrações da diversidade brasileira.

Em 2026 o IBDA desembarca em Curitiba, local onde foi realizado o primeiro congresso Brasileiro de Direito Administrativo em 1975. A capital que une planejamento urbano e tradição, também abraça a inovação.

Realizar o congresso em Curitiba é oferecer aos participantes uma experiência rica e inspiradora, marcada por referências culturais, artesanato, música e sabores típicos, uma vivência única que traduz a essência plural do Paraná.



FORMATO DO CBDA

O Congresso Brasileiro de Direito Administrativo adota um formato dinâmico que valoriza a participação ativa dos congressistas. A programação combina painéis, conferências, mesas de debate, oficinas práticas e sessões interativas como o Pinga-Fogo, no qual o público participa diretamente com perguntas e provocações aos palestrantes. Essa estrutura incentiva o diálogo, amplia o espaço de troca de experiências e permite que profissionais, gestores públicos, pesquisadores e estudantes vivenciem discussões profundas e atualizadas sobre os desafios do Direito Público.



O congresso também fortalece sua dimensão acadêmica por meio do Concurso de Práticas Inovadoras, do Concurso de Artigos Jurídicos e das Apresentações de Comunicados Científicos. Nesses espaços, os participantes apresentam pesquisas, propostas e soluções relevantes para a Administração Pública, com avaliação de comissões especializadas. Os primeiros colocados são premiados, reconhecendo e incentivando a produção de conhecimento, a inovação e o desenvolvimento de novas perspectivas para o Direito Administrativo no Brasil.



PÚBLICO DO CBDA

O público participante é composto por agentes públicos de diversas áreas como: servidores, advogados, magistrados, membros do Ministério Público, ministros, conselheiros e auditores de Tribunais de Contas, além de empregados públicos. Também marcam presença agentes de empresas privadas e estudiosos do Direito Administrativo, que formam um segmento igualmente relevante para o congresso.



OBJETIVOS DO CBDA



Promover a participação de profissionais, estudiosos e agentes públicos e privados em debates atuais com grandes nomes do Direito Público.



Capacitar agentes públicos e privados por meio de oficinas práticas.



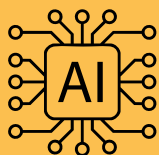
Estimular um ambiente plural para discutir temas complexos da relação entre Estado, setor privado e cidadão, incluindo impactos da tecnologia e inovação.



Debater aspectos operacionais da Nova Lei de Licitações e Contratos.



Discutir integridade e combate à corrupção.



Refletir sobre governo digital e o uso de inteligência artificial na gestão pública.



Abordar o papel do controle na Administração Pública.



Contribuir para a melhoria do ambiente de negócios no país.

ORGANIZAÇÃO

O Congresso é organizado pela LB Eventos, empresa responsável por todas as etapas do processo, do briefing ao planejamento, execução e encerramento. Com uma equipe altamente qualificada, a LB Eventos prioriza a contratação de fornecedores locais, incentivando o desenvolvimento da cidade e do estado que recebem o evento.



EDIÇÕES RECENTES

39^o CBDA

O 39º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo foi realizado entre os dias 8 e 10 de outubro de 2025, em Belo Horizonte, em uma edição histórica que celebrou os 50 anos do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. Reunindo cerca de 4.000 participantes entre congressistas, palestrantes, e patrocinadores, o evento consolidou-se como um marco para a comunidade jurídica nacional, com debates aprofundados sobre governança, inovação, integridade e os desafios contemporâneos do Direito Público. A programação contou com a presença de autoridades como Luiz Carlos Corrêa Junior, Presidente do TJMG; os Ministros do TCU Antônio Anastasia e Benjamin Zymler; Durval Ângelo Andrade, Presidente do TCE-MG; e o Ministro do STJ Afrânio Vilela. Também participaram grandes nomes da academia, como Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Marçal Justen Filho, Carlos Ari Sundfel, além de professores, servidores, gestores, membros da advocacia e representantes do setor público de todo o país.



CBDA 2025 EM NÚMEROS:

Foram **3.700** congressistas inscritos, **181** palestrantes, **17** painéis, **7** conferências, **10** oficinas, **2** painéis pinga fogo com a participação direta da plateia, **2** debates, **32** horas de evento, **42** patrocinadores, **17** apoiadores, **6** salas simultâneas, **61** apresentações de comunicados, **6** apresentações culturais e artísticas, sendo **40** artistas locais.

Do ponto de vista de produção, foram **69** empresas contratadas, quase **1.000** profissionais envolvidos desde o planejamento, pré-produção, montagem, evento e desmontagem, até a finalização, **3** dias de montagem, **327m²** de comunicação visual, sendo todas as lonas destinadas para reuso, **600m²** em construção cenográfica locada com possibilidade de reutilização pós evento, **450m²** de palco construído, **198 m²** de andaimes, **188m²** de painéis de led e nenhum plástico descartável consumido.



EDIÇÕES RECENTES

38^o CBDA

O 38º Congresso de Direito Administrativo foi realizado de 08 a 10 de outubro de 2024, no Centro de Convenções de João Pessoa, na Paraíba. Com o tema central “Integridade, sustentabilidade e governança” e tendo como homenageado o Dr. Clovis Beznos, o evento reuniu mais de 2.500 congressistas. A programação contou com a presença de importantes nomes do Direito no Brasil, como Benjamin Zymler, Ministro do TCU; Antônio Nominando Diniz, Presidente do TCE-PB; Edilberto Pontes, Presidente do IRB; Natalia Resende, Secretária de Infraestrutura do Estado de São Paulo; Ana Carolina Argolo, Diretora da Agência Nacional de Águas; Rogério Gesta Leal, Desembargador do Rio Grande do Sul; Elisa Leonel e Roberto Pojo, Secretários do Ministério da Inovação; Marcela Santos, Presidente da São Paulo Parcerias; Edilson Nobre, Desembargador Federal; João Batista Moreira, Presidente do TRF1; além dos professores Jorge Jacoby Fernandes, Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Marçal Justen Filho, entre outros docentes e profissionais do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas do país. Professores e professoras de todo o Brasil, servidores públicos e a advocacia brasileira também enriqueceram o encontro.



CBDA 2024 EM NÚMEROS:

Mais de **2.500** congressistas inscritos, **150** palestrantes, **22** painéis, **3** conferências, **7** oficinas, **2** painéis Pinga-Fogo com participação direta da plateia, **32** horas de evento e **35** patrocinadores, **18** apoiadores, **6** salas simultâneas, **20** apresentações de comunicados, **8** apresentações culturais e artísticas, sendo **100** artistas locais. Do ponto de vista de produção, foram **47** empresas contratadas, quase **200** profissionais envolvidos, **5** dias de montagem, **460m²** de comunicação visual (tudo destinado para reuso), **216m²** em construção cenográfica, nenhum plástico, **32m²** de painel de led e **12** projetores alta definição.

DIRETORIA IBDA 2026 – 2028

Presidente: **Rodrigo Valgas dos Santos (SC)**

Primeiro Vice-Presidente: **Edgar Chiuratto Guimarães (PR)**

Segunda Vice-Presidente: **Lígia Melo de Casemiro (CE)**

Terceiro Vice-Presidente: **Carolina Zancaner Zockun (SP)**

Diretor Executivo: **André Saddy (RJ)**

Diretora Institucional: **Heloisa Helena Godinho (GO)**

Diretora de Regionalização: **Maria Fernanda Veloso Pires (MG)**





40° cbda

Congresso Brasileiro
de Direito Administrativo
CURITIBA - PR



ibda

INSTITUTO BRASILEIRO DE
DIREITO ADMINISTRATIVO

www.ibda.com.br



[@ibdadireitoadministrativo](https://www.instagram.com/ibdadireitoadministrativo)



**25 a 27
NOV/2026**

REALIZAÇÃO:



ORGANIZAÇÃO:



Congresso Brasileiro
de Direito Administrativo
CURITIBA - PR
PERMANÊNCIAS, DISRUPÇÕES E FUTURO



**Mais participantes,
mais benefícios.**

**Inscrições por empenho têm condições
especiais, descontos progressivos
e inscrições cortesia.
Confira a política de descontos.**



POLÍTICA DE DESCONTOS PARA INSCRIÇÕES POR EMPENHO

Nº INSCRIÇÕES PAGAS	DESCONTO		CORTESIA
10	-		(+) 1
20	10%	OU	(+) 3
30	15%	OU	(+) 5
40	20%	OU	(+) 8
50	25%	OU	(+) 12
60	25%	+	(+) 6
70	25%	+	(+) 7
80	25%	+	(+) 8
90	25%	+	(+) 9
100	25%	+	(+) 10

- Para até 59 inscrições pagas, a instituição fará opção por receber o desconto no valor das inscrições ou receber cortesias.
- A partir de 60 inscrições pagas, somam-se as cortesias ao benefício do desconto.
- As cortesias serão recebidas tendo sido pago o valor referente ao número total das inscrições.
- Na hipótese de não comparecimento ao congresso de um ou mais participantes, não se admitem pedidos de devolução de valores ou emissão de nova nota de empenho.



2º LOTE

Válido até
30/08/2026

CATEGORIA	VALOR
PROFISSIONAL E EMPENHO	R\$ 2.250,00
ESTUDANTE ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO E DOUTORADO	R\$ 1.300,00
ESTUDANTE GRADUAÇÃO	R\$ 1.000,00
CONCURSO DE PRÁTICAS INOVADORES (PROFISSIONAIS)	R\$ 1.300,00
ARTIGOS APROVADOS	R\$ 1.300,00
COMUNICADOS APROVADOS (APENAS ESTUDANTES)	ISENÇÃO

- Para isenção, os inscritos com comunicados aprovados deverão observar os prazos indicados no edital de comunicados;
 - Os descontos não são cumulativos;
 - Descontos para estudantes não são válidos para categoria Empenho ou Profissional;
 - Descontos progressivos para grupos não são válidos para categoria Profissional e Estudantes;
- Para a categoria empenho não são válidos descontos aplicados para estudantes ou comunicados e artigos aprovados.



**INSCREVA-SE:
CONGRESSO.IBDA.COM.BR**

ACOMPANHE O IBDA NAS REDES:



PARA MAIS INFORMAÇÕES:

INSCRICAO@IBDA.COM.BR

OU  31 99888-9090



**Quem patrocina
o evento:**

Rubi:

FORUM

Master:

Binenbojm

CYRINO | KOATZ | VORONOFF

Justen, Pereira
Oliveira & Talamini
advogados

Lawyer Senior:

**PIRES
FORTINI**
ADVOGADOS

MATTOS FILHO

**DAL
POZZO**

Dotti.
Fundado por
René Dotti

BMA
ADVOGADOS



Quem patrocina o evento:

Lawyer:

ESPÍNDOLA & VALGAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

 **SADDY**
ADVOGADOS

LUCIANO FERRAZ
ADVOGADOS

 **edgar guimarães**
& advogados associados

 **Reis & Lippmann**

 **PIRONTI MOURA**

 **MARCIO MORAES**
PANTOJA, OLIVEIRA E MARQUES
ADVOCACIA

MM
MÂNICA MENEGAT
ADVOGADOS

MONTENEGRO
BERNARDO
ANDRADE
VARGAS
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

cal garcia
müller martins
ADVOGADOS

BA
BACELLAR & ANDRADE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

 **Harger**
Advogados Associados

 **VEIRANO**
ADVOGADOS

Apoio:

ANDM
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS PROCURADORAS
E DOS PROCURADORES MUNICIPAIS

IA INSTITUTO
DOS ADVOGADOS
DE MINAS GERAIS

ibeji INSTITUTO
BRASILEIRO DE
ESTUDOS
JURÍDICOS DA
INFRAESTRUTURA

 **ZENITE**


IDASAN

INCP
INSTITUTO NACIONAL DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

ipda
Instituto Paranaense
de Direito Administrativo

 **AUDICON**
MAGISTRATURA DE CONTAS



PROGRAMAÇÃO

40º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo: permanências, disrupções e futuro
Em homenagem ao Prof. Dr. Pedro Paulo de Almeida Dutra
"Outros painéis, novas oficinas e nomes de palestrantes ainda serão adicionados"

PRIMEIRO DIA - 25/11/26

9h a 12h - (PLENÁRIA) Abertura

Presidente de Mesa: Rodrigo Valgas (SC) - Presidente do IBDA
Plenária e autoridades
Homenagem ao Professor Pedro Paulo de Almeida Dutra
Discurso de Homenagem: a definir

Conferências de abertura

Presidente de Mesa: Regina Ferrari (PR) - Professora Sênior da Universidade Federal do Paraná e Professora titular da Universidade Tuiuti do Paraná |
Conferência Tema: "O STJ e o Direito Administrativo"
Regina Helena Costa (SP) - Ministra do STJ e Professora da PUC/SP (a confirmar)
Conferência Tema: "Inteligência Artificial, ato administrativo e responsabilidade civil do Estado"
Marçal Justen Filho (DF) - Mestre e Doutor em Direito Público pela PUC/SP, Advogado e Consultor

12h a 14h - Intervalo almoço

14h a 15h30 - SALA A - Painel "O futuro das compras públicas: Siox e marketplace"

Presidente de Mesa: Eurico Montenegro Neto (RO) Advogado. Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Rondônia - IRDA.
Carolina Zancaner Zockun (SP) - Procuradora da Fazenda Nacional
Edgar Guimarães (PR) - Pós-Doutor e Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP, Advogado e Consultor
Joel Menezes Niebuhr (SC) - Doutor em Direito Administrativo pela PUC-SP, Advogado e Consultor
Ronny Charles (PE) Advogado. Consultor Jurídico. Parecerista. Doutor em Direito do Estado e Regulação.

14h a 15h30 - SALA B - Painel "Concurso público na Lei 14.965/2024: desafios e autonomia dos entes federados"

Presidente de mesa: Luasses Golçalves dos Santos (PR) - Professor da Universidade Positivo e Doutor pela UFPR
Fabio Lins de Lessa Carvalho (AL) - Procurador do Estado de Alagoas
Fabrício Motta (GO) - Conselheiro do TCM-GO
Florivaldo Dutra de Araújo (MG) - Professor de Direito Administrativo da UFMG e Procurador da ALMG

15h30 a 16h - Intervalo Coffee Break

16h a 17h30 - SALA A - Painel "Poder de polícia, regulação, controle da atividade econômica e subsidiariedade estatal"

Presidente de Mesa: Ana Maria Barata (PA) - Advogada e Professora da Aposentada da UFPA
Demétrius Nichele Macei (PR) - Advogado. Pós-Doutor USP. Professor da UNICURITIBA
Dinorá Adelaide Mussetti Grotti (SP) - Professora, Doutora e Mestre em Direito pela PUCSP
Emerson Gabardo (PR) Pós-Doutor e Professor de Direito da PUC-PR e UFPR
Eurico Bitencourt (MG) - Professor da Universidade Federal de Minas Gerais

16h a 17h30 - SALA B - Painel "Acordos substitutivos de sanções na Administração Pública: até onde podemos ir?"



Presidente de Mesa: Giulia Andrade (PR) Advogada, Doutoranda e Mestre pela PUCPR
Alice Voronoff (RJ) Mestre e Doutora em Direito Público pela UERJ. Procuradora do Estado do Rio de Janeiro
Daniel Ferreira (PR) Pós-Doutor pelo Ius Gentium Conimbrigae FDUC, Advogado e Consultor
Maria Fernanda Veloso Pires (MG) Doutora em Direito Público pela PUC Minas, Advogada e Consultora

17h30 – SALA A - PINGA FOGO “Pontos polêmicos do regime de credenciamento.”

Presidente de mesa: Marco Moraes (PA) Advogado. Presidente do Instituto Paraense de Direito Administrativo - IDAPAR

Karina Harb (SP) - Advogada, Professora, Doutora e Mestre em Direito Administrativo pela Rafael Carvalho Rezende Oliveira (RJ) – Procurador do Município do Rio de Janeiro
Rafael Sérgio de Oliveira (PE) – Advogado. Doutor pela Faculdade de Direito de Lisboa.
Victor Amorim (DF) – Doutor em Direito UnB e Analista Legislativo do Senado Federal
PUCSP, Assessora de Controle Externo TCMSP

17h30 – SALA B – DEBATE “Gestão de riscos, integridade e controle em empresas estatais”

Presidente: Daniel Cardoso Gehard (AM) Advogado. Professor Titular de Direito Administrativo UFAM
Fernando Dias Menezes de Almeida (SP) – Professor Titular da USP
Ricardo Marcondes Martins (SP) - Procurador do Município de São Paulo. Doutor em Direito e Professor da PUC-SP

SEGUNDO DIA - 26/11/26

9h a 10h30 – SALA A - Conferências especiais

Presidente de mesa: a definir

Conferência Tema: “O Novo Paradigma do Controle: Consensualismo, Segurança e Resultado”

Bruno Dantas (DF) – Ministro do Tribunal de Contas da União - TCU

Conferência Tema: “Sustentabilidade, Direito Administrativo e qualidade de vida”.

Juarez Freitas (RS) Professor Titular Aposentado da UFRGS

9h a 10h30 – SALA B - Painel “Ação Administrativa baseada em IA: parâmetros mínimos”

Presidente de Mesa: a definir.

Fábio de Sousa Santos (RO) - Procurador do Estado de Rondônia. Doutor em Direito (PUC-PR) Professor do PPGD da Católica de Rondônia

Vanice Lirio do Valle (RJ) – Advogada. Consultora. Pós-Doutorado em Administração pela EBAPE/FGV-Rio. Professora Permanente do PPGDP da UFG.

10h30 a 12h - SALA A - Painel “Questões processuais relevantes na nova sistemática da Improbidade Administrativa”

Presidente de mesa: Fernanda Fritoli – Advogada. Doutora em Direito pela PUC-SP

José dos Santos Carvalho Filho (RJ) - Procurador de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

José Roberto Pimenta Oliveira (SP) - Procurador Regional da República no Ministério Público Federal e Professor de Direito Administrativo da PUC-SP

Márcio Cammarosano (SP) - Professor, Doutor e Mestre em Direito pela PUC-SP e Advogado

10h30 a 12h - SALA B – Painel “O futuro do governo digital e das infraestruturas públicas”

Presidente de mesa: a definir

Adriana Schier (PR) - Presidente do IPDA, Professora da PUC/SP, advogada e consultora

Jose Sérgio Cristóvam (SC) – Professor da Universidade Federal de Santa Carina – UFSC

Irene Nohara (SP) – Advogada e Professora da Universidade Mackenzie

12h – Intervalo almoço



14h a 15h30 – SALA A – Painel “Regulação de serviços públicos de infraestrutura”

Presidente de Mesa: Bruno Ceretta (SP) – Advogado, professor, diretor-executivo do Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura (IBEJI)

Augusto Dal Pozzo (SP) – Advogado. Doutor pela PUC-SP

Carlos Ari Sundfeld (SP) – Advogado. Professor Titular FGV Direito SP

Cristiana Fortini – Advogada e Professora da Universidade Federal de Minas Gerais

14h a 15h30 – SALA B – Painel “A construção pelos tribunais do conceito de erro grosseiro”

Presidente de mesa: Jäder Ferreira Guimarães (ES) – Advogado. Professor de Direito Administrativo da UFES e UVV-ES)

Rafael Ramos (RS) - Procurador do Município de Porto Alegre

15h30 a 16h – Intervalo Coffee break

16h a 17h30 – SALA A – Painel “Empresas estatais: inovação tecnológica e papel transformador”

Presidente de mesa: João Paulo Lacerda (MS) - Advogado. Presidente do IDAMS

Bradson Camelo (PB) - Procurador Geral do MP de Contas da Paraíba

Marcos Nobrega (PE) - Conselheiro do TCE-PE

16h a 17h30 – SALA B – Painel “Novos desafios da Infraestrutura”

Presidente de mesa: Maria Tereza Fonseca Dias (MG) - Professora Titular de Direito Administrativo do Departamento de Direito Público da Universidade Federal de Minas Gerais

- Georges Abboud Advogado. Livre Docente e Doutor pela PUC/SP

- Fernando Mânica (PR) Advogado. Doutor em Direito pela USP

- Thiago Marrara (SP) Professor de Direito Administrativo da USP, Advogado e Consultor

17h30 a 19h – SALA A – Painel “O Controle Jurisdicional dos atos administrativos: perspectivas”

Presidente de mesa: Luís Cláudio Rodrigues (MG) – Presidente da Editora Fórum

Clovis Beznos (SP) - Mestre e Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP

João Batista Moreira (DF) - Desembargador Presidente do TRF 1ª Região

Valmir Pontes Filho (RN) - Professor Titular de Direito Administrativo da UFC

Weida Zancaner (SP) - Professora, Mestre e Especialista em Direito Administrativo pela PUC/SP

17h30 – SALA B - Painel Pinga Fogo “Advocacia Pública na Arbitragem e Mediação”

Presidente de mesa: a definir

André Freire (SP) Professor da PUC-SP e Advogado. Árbitro em diversas câmaras

Ane Elisa Perez (SP) Advogada. Árbitra em diversas câmaras

Cesar Augusto Guimarães Pereira (PR) Doutor e Mestre em Direito do Estado pela PUC/SP. Presidente Internacional do Clarb para 2026

Rafael Schwind (PR) - Advogado. Doutor em Direito pela USP. Árbitro em diversas câmaras

Inês Coimbra (SP) Procuradora-Geral do Estado de São Paulo. Professora PUC/SP

TERCEIRO DIA - 27/11/26

9h a 10h30 - SALA A - Conferências especiais

Presidente de Mesa: Ruy Samuel Espindola (SC) Advogado. Professor de Direito Constitucional

Conferência Tema: O nível de Maturidade da Administração Pública Nacional na implementação da NLLC

Benjamin Zymler (DF) – Ministro do Tribunal de Contas da União - TCU

Conferência Tema: Desenho Constitucional, Administração Pública e dinâmica política em um mundo em transformação.

Clémerson Merlim Clève (PR) – Advogado. Professor Aposentado da UFPR



9h a 10h30 – SALA B – Painel “Como implementar a experimentação na Administração Pública”

Presidente de Mesa: Thais Marçal (RJ) Advogada. Mestre em Direito pela UERJ

Flávio Unes (SP) - Diretor Titular Jurídico-Estratégico da FIESP e Professor de Direito Administrativo

Ligia Melo de Casimiro (CE) Professora Doutora de Direito Administrativo da UFC

Luciano Ferraz (MG) – Advogado. Professor da Universidade Federal de Minas Gerais

Paulo Modesto (BA) - Secretário Nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública e Professor da UFBA

10h30 a 12h – SALA A – Painel “Controle de convencionalidade nos atos administrativos: o que falta para avançarmos?”

Presidente de Mesa: Felipe Gussoli (PR) Advogado. Doutor em Direito pela UFPR

Daniel Wunder Hachem (PR) - Pós-Doutor e Professor de Direito da PUC-PR e UFPR, Advogado e Consultor

10h30 a 12h – SALA B – Painel “Controle externo brasileiro: novas funções e governança”

Presidente de Mesa: Ana Finger (PR) - Desembargadora do Tribunal de Justiça do Paraná.

Angela Cassia Costaldello (PR) - Professora da Universidade Federal do Paraná – UFPR

Ivens Zschoeper Linhares (PR) – Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Rogério Gesta Leal (RS) - Desembargador do TJRS. Doutor em Direito e Professor da UNISC

12h – Intervalo almoço

14h a 15h30 – SALA A – Painel “A crise da governança em um mundo fraturado: desafios para sua implementação”

Presidente de Mesa: Geraldo Luis Spagno Guimarães (MG) Professor de Direito Administrativo da UFMG

Caroline Bittencourt (RS) Pós doutora em Direito e Professora da UNISC

Dalesse Jaala Bonfim (DF) - Chefe da Divisão de Auditoria de Licitações e Contratos na Advocacia Geral da União

14h a 15h30 – SALA B – Jurimetria e uso de dados pela Administração Pública

Presidente de Mesa: Patrícia Sobral de Souza (SE) – Advogada. Pós-Doutora pela Università Reggio Calabria.

André Saddy (RJ) - Advogado, Professor da Faculdade de Direito, do Mestrado e Doutorado da UFF e do Departamento de Direito da PUC-Rio

Heloisa Helena Godinho (GO) - Conselheira Substituta do TCE-GO

15h30 a 16h - Intervalo Coffee break

16h - Apresentação dos vencedores de comunicados e artigos

Apresentação dos vencedores do concurso de experiências e práticas administrativas inovadoras

17h - Conferências de Encerramento

Presidente de mesa: a definir

Tema: “O Regime Jurídico-Administrativo em Transformação: novos desafios da Administração Pública contemporânea”

a definir

Maria Sylvia Zanella Di Pietro

Tema: a definir

19h00 - SHOW de Encerramento

“Apresentação de show musical a ser definida pelo IBDA no último dia do evento aos congressistas a título de cortesia, sem configurar o compromisso pela prestação deste serviço até fechamento da programação.”



OFICINAS

DIA 25.11.26

SALA C - 13h30 a 15h30 – Oficina “Papel da Defesa e das Comissões de Processo Disciplinar: em busca da apuração disciplinar justa”

Antônio Rodrigo Machado (DF) - Presidente do IDADF, Mestre em Direito

Marcelo Harger (SC) – Advogados Doutor em Direito pela PUC-SP

Raquel Carvalho (MG) - Procuradora do Estado de MG

SALA D - 14h30 a 16h30 – Oficina “LGPD do Setor Público”

Rodrigo Pironti (PR) - Doutor e Mestre em Direito Econômico e Social pela PUCPR

SALA C - 17h00 a 19:00 – Oficina “Equilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos: impactos da reforma tributária”

Flávio Garcia Cabral (MS) – Procurador da Fazenda Nacional e Coordenador-Geral de Contratações Públicas da PGFN

Mauricio Zockun (SP) – Advogado e Professor de Direito Administrativo da PUC-SP

DIA 26.11.26

SALA C – 9h00 as 11h30 – Oficina “Produção de prova nos tribunais de contas”

Ismar Viana (SE) - Auditor de Controle Externo do TCE-SE e Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo do Brasil (ANTC Brasil)

Ricardo Schneider (AL) - Subprocurador-Geral do MP de Contas de Alagoas

SALA D – 9h30 as 12h30 - Oficina “Como bem utilizar a inteligência artificial nas licitações e contratações públicas”

Jandeson da Costa Barbosa (RN) - Pioneiro em Inteligência Artificial em licitações, membro da Consultoria Jurídica do TCU, mestre em Direito e Políticas Públicas

Tatiana Camarão (MG) Mestre em Direito Administrativo na UFMG

SALA C – 13:00 a 15:00 – Oficina “Desmistificando implementação da Governança na Administração Pública”

Sabrina Iocken (SC) Conselheira Substituta do TCE/SC. Secretária-geral do Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina (IDASC)

SALA D – 14:30 as 17:00 - Oficina “Contratação Sustentável”

José Anacleto Abduch Santos (PR) Procurador do Estado. Doutor em Direito Administrativo pela UFPR

Luciano Reis (PR) – Advogado. Doutor em Direito Administrativo na Universitat Rovira i Virgili – Espanha

Dia 27.11.26

SALA C – 9h00 as 11h30 - Oficina “Processo Sancionador nas licitações e contratos administrativos”

Anderson Pedra (ES) Advogado. Professor da Faculdade de Direito de Vitória

Felipe Dalenogare (RS) Professor de Direito Administrativo. Pós-Doutor pela Università di Bologna.

SALA D – 9h30 as 12h00 – Oficina “Aspectos polêmicos da Lei 13.303/2016”

Christianne Stroppa (SP) Professora Doutora e Mestra pela PUC-SP

SALA C – 13h00 a 15h30 – Oficina “Instrumentos de financiamento das obras de requalificação urbana: REURB, Retrofit, PPP's, Concessões Urbanísticas, OUC e TDC.”

Daniela Libório (SP) - Advogada, Diretora da ESA OAB-SP e Coordenadora Comissão Sustentabilidade do IBDA

SALA D – 13h30 a 15h30 - Oficina “Parâmetros para Acordos de Não Persecução Civil nas ações de improbidade.”

Francisco Zardo – Advogado. Mestre em Direito do Estado pela UFPR. Professor da PUC-PR



OBSERVAÇÕES SOBRE A PROGRAMAÇÃO

- Programação preliminar - outros painéis, novas oficinas e nomes de palestrantes poderão ser incluídos.
- Formato silencioso: Em face das condições do local, à exceção das conferências de abertura e encerramento, todas as demais apresentações incluídas as oficinas, painéis e outras conferências acontecerão por “palestras silenciosas”, sistema por meio do qual o público acompanha a exposição com fones de ouvido. Isso garante qualidade de som, concentração e experiência imersiva para todos.
- O Congresso Brasileiro de Direito Administrativo é constituído por palestras e conferências. As oficinas são atividades complementares e são sujeitas à limitação física. Assim, a depender da data da inscrição, é possível que não existam vagas para as oficinas desejadas.
- O material das oficinas ficará disponível no aplicativo do evento.
- É vedada a gravação e compartilhamento de áudio e/ou vídeo das atividades acadêmicas do Congresso.

PALESTRANTE	UF	CARGO/ TÍTULO PRINCIPAL	MINICURRÍCULO RESUMIDO
Adilson Dallari	SP	Professor Titular de Direito Administrativo da PUC-SP	Professor Titular de Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da PUC/SP; membro da Associação Brasileira de Direito Administrativo e Econômico – ABRADADE; membro do Instituto Brasileiro de Estudos de Direito Administrativo, Financeiro e Tributário – IBEDAFT.
Adriana Schier	PR	Presidente do IPDA, Professora da PUC/SP, advogada e consultora	Doutora em Direito Público/UFPR; Professora de Direito Administrativo do UNIBRASIL. Presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo - IPDA Advogada - Bacellar e Andrade Advogados Associados
Alice Voronoff	RJ	Mestre e Doutora em Direito Público pela UERJ. Procuradora do Estado do Rio de Janeiro	Mestre e Doutora em Direito Público pela UERJ. Procuradora do Estado do RJ
Aline Sueli de Salles Santos	TO	Doutora em Direito. Professora de Direito Administrativo da Universidade Federal do Tocantins	Doutora em Direito e Professora de Direito Administrativo da Universidade Federal do Tocantins (UFT) na graduação em Direito e mestrado profissional em Administração Pública (PROFIAP). Coordenadora do projeto de extensão "Direito de petição, sanção e consenso".
Alynne Brindeiro	PB	Procuradora do Município de João Pessoa	Procuradora do Município de João Pessoa. Procuradora-Chefe da Procuradoria Setorial da SEPLAN. Membro da comissão para implementação da Nova Lei de Licitações no Município de João Pessoa. Membro do Instituto de Direito Administrativo Paraibano (IDAP). Mestre em Direito Econômico pela UFPB. Especialização em gestão pública e direito administrativo pelo UNIPE Graduada em Direito pela UFPB.
Ana Carolina Argolo	DF	Diretora de Regulação de Usos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	Diretora de Regulação de Usos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA. Geóloga, formada pela Universidade de Brasília. Pós-graduada em Gestão e Tecnologias Ambientais pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e em Geoprocessamento Ambiental pela Universidade de Brasília (UnB), com enfoque em gestão de risco geológico e estudos de disponibilidade hídrica em aquíferos subterrâneos.
Ana Cláudia Finger	PR	Desembargadora do TJPR	Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, formada em Direito pela PUC-PR (1992), especialista em Direito Contemporâneo e Direito Administrativo, mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná e Professora da Universidade Positivo em Curitiba/PR.

Ana Margareth Mendes	RJ	Doutoranda em Direitos , Instituições e Negócios (Uff)	Doutoranda em Direitos , Instituições e Negócios (Uff). Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais(Uff). Bacharel em Direito (UERJ) e em Administração Pública (Uff). Atua em licitações a 16 anos.Oficial superior da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Docente de Direito Administrativo em especializações.
Ana Maria Barata	PA	Mestre em Direito Administrativo e Professora da UFPA	Mestre e Profa da UFPA. Consultora Jurídica aposentada. Advogada.
Ana Paula Pellegrinello	PR	Doutoranda em Direito (Bolsista CAPES) pela PUCPR	Doutoranda em Direito (Bolsista CAPES) pela PUCPR. Mestre em Direito pela UNIBRASIL. Professora da ESMAFE-PR
Anastacia Melo	PB	Assessora Técnica da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos	Assessora Técnica da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos
Anderson Pedra	ES	Procurador-Geral da Assembleia Legislativa-ES	Procurador-Geral da Assembleia Legislativa (ES). Procurador do Estado do Espírito Santo. Pós-doutor em Direito (Universidade de Coimbra). Doutor em Direito do Estado (PUC-SP). Professor de Direito Constitucional e Administrativo da FDV/ES. Autor de obras jurídicas.
André Luiz Freire	SP	Professor da PUC-SP e Advogado	Professor da PUCSP. Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUCSP. Doutor em Filosofia do Direito pela University of Virginia. Master of Laws pela University of Virginia. Pós-doutor pela Universidade de Coimbra.
André Saddy	RJ	Advogado, Professor da Faculdade de Direito, do Mestrado e Doutorado da UFF e do Departamento de Direito da PUC-Rio	Professor de direito administrativo da Faculdade de Direito, do Mestrado em Direito Constitucional e do Doutorado em Direitos, Instituições e Negócios da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor de direito administrativo do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Diretor de Normatização do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Sócio fundador do escritório Saddy Advogados.
Andrea Roloff Lopes	PR	Doutoranda em Direito Econômico e Desenvolvimento pela PUCPR	Doutoranda em Direito Econômico e Desenvolvimento pela PUCPR, Mestra em História, Cultura e Poder pela UFPR (1998) e e graduada em História pela UFPR(1995). É especialista em metodologia da pesquisa e do trabalho científico e integra o corpo docente da PUCPR).
Ane Elisa Perez	SP	Arbitra e membro de Dispute Board. É coordenadora da Liderança Setorial de Mediação e Arbitragem do Infra Women Brazil	Árbitra e membro de Dispute Board. É coordenadora da Liderança Setorial de Mediação e Arbitragem do Infra Women Brazil

Antonio Anastasia	MG	Ministro do Tribunal de Contas da União	Bacharel em Direito e Mestre em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da UFMG; - Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UFMG de 1993 a 2022; - Secretário-Executivo dos Ministérios do Trabalho e da Justiça de 1995 a 2001; - Secretário de Estado de diversas pastas no Governo de Minas Gerais; Vice-Governador do Estado de Minas Gerais de 2007 a 2010; Governador do Estado de Minas Gerais de 2010 a 2014; Senador da República por Minas Gerais de 2015 a 2022; Atualmente é Professor da FGV, do IDP, da UNIPAC e do IMEPAC; Ministro do Tribunal de Contas da União, desde 2022.
Antônio Nominando Diniz	PB	Conselheiro do Tribunal de Contas da Paraíba	Conselheiro do Tribunal de Contas da Paraíba
Antônio Rodrigo Machado	DF	Presidente do IDADF, Mestre em Direito	Vice-presidente do Instituto de Direito Administrativo do Distrito Federal - IDADF; Mestre em Direito Administrativo; Doutorando em Direito Constitucional, Professor de Direito Administrativo da graduação e pós-graduação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, Ensino e Pesquisa - IDP; Membro do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo Sancionador - IDASAN.
Ariane Schermam	MG	Doutora em Direito pela UFMG	Doutoranda e Mestra em Direito e Administração Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Assessora de Conselheiro no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Autora.
Arícia Fernandes Correia	RJ	Doutorado em Direito Público e Mestrado em Direito da cidade	Doutorado em Direito Público e Mestrado em Direito da cidade. Professora-Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Procuradora do Município do Rio de Janeiro.
Augusto Dal Pozzo	SP	Doutor e Mestre em Direito pela PUCSP	Professor de Direito Administrativo e de Fundamentos de Direito Público da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Research Assistant na Harvard Law School. Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura (IBEJI). Advogado e Parecerista. Sócio-fundador do Dal Pozzo Advogados.
Benjamin Zymler	DF	Ministro do TCU	Benjamin Zymler é Ministro do Tribunal de Contas da União desde 2001, onde ingressou no cargo de Ministro-Substituto em 1998, por meio de concurso público de provas e títulos. Presidiu a Corte de Contas no biênio 2011/2012. É graduado em Engenharia Elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), pela qual também é Mestre em Direito e Estado.

Bradson Camelo	PB	Procurador do MP de Contas - PB	Procurador do MP de Contas -PB, Formado em Direito e em Economia, mestrado em Direito e em Modelagem Matemática Computacional, todos pela UFPB, Cientista de dados e Mestre em Políticas Públicas pela Universidade de Chicago, vice-presidente da Associação Brasileira de Direito e Economia, Autor de Livros sobre Análise Econômica do Direito e Licitações Públicas.
Bruna Piza	GO	Mestre em Direito e Políticas Públicas pela UFG	Mestre em Direito e Políticas Públicas pela Universidade Federal de Goiás. Advogada e consultora na área de integridade pública, professora e palestrante.
Bruno Barbirato	AM	Vice-presidente do IADA - AM	Mestrando em Direito Administrativo pela PUC-SP. Vice-presidente do Instituto Amazonense de Direito Administrativo (IADA). Advogado.
Carin Prediger	RS	Procuradora do Município de Porto Alegre	Procuradora do Município de Porto Alegre. Mestre em Teoria do Estado e do Direito pela UFRGS. Coordenadora do Centro de Estudos de Direito Municipal da PGM de Porto Alegre e do Programa de Residência Jurídica (pode resumir o que for necessário)
Carlos Ari Sundfeld	SP	Professor Titular de Direito da FGV/SP, Advogado e Consultor	Professor Titular de Direito da FGV/SP, Advogado e Consultor
Carlos Ayres Britto	DF	Ministro do STF	Ministro do STF
Carlos Nitao	PB	Procurador Federal AGU, Presidente do Instituto Paraibano de Direito Administrativo	Mestre em Direito pela UFRN. Presidente do Instituto de Direito Administrativo Paraibano - IDAP. Procurador Federal - AGU.
Carolina Zancaner	SP	Procuradora da Fazenda Nacional	Procuradora da Fazenda Nacional Mestre, Doutora e Pós-Doutora em Direito Professora de Direito Administrativo da PUC/SP
Caroline Muller Bitencourt	RS	Pós doutora em Direito e Professora da UNISC	Professora permanente do Programa de Mestrado de Doutorado da UNISC/RS. Chefe do Departamento de Direito da UNISC/RS. Pós doutora em Direito. Advogada.
César Augusto Guimarães Pereira	SP	Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP	Sócio de Justen, Pereira, Oliveira e Talamini, onde coordena as áreas de Infraestrutura e Arbitragem. Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP. Chartered Arbitrator e Fellow do Chartered Institute of Arbitrators (Ciarb), do qual foi o primeiro presidente no Brasil. Autor, entre outras, da obra “Arbitragem Concorrencial em Perspectiva”, lançada em 2023 pela editora RT

Christianne Stroppa	SP	Professora Doutora e Mestra pela PUC-SP	Doutora e Mestre pela PUC/SP, Assessora de Gabinete no TCM/SP e Professora de Direito Administrativo na PUC/SP.
Cibele Fernandes Dias	PR	Mestre e Doutora em Direito Constitucional pela PUC/SP	Mestre e Doutora em Direito Constitucional pela PUC/SP. Professora de Direito Constitucional na Pós-Graduação da ESMAFE/PR, do IMAP (Instituto Municipal de Administração Pública) e da Pós de Processo Constitucional da PUC/PR. Inscrita no Repositório Nacional de Mulheres Juristas do CNJ. Presidente do Conselho de Administração da Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A. Advogada. Assessora Especial do Gabinete do Prefeito de Curitiba.
Clarissa Sampaio Silva	CE	Doutora em Direito pela Universidade de Lisboa	Advogada da União, Professora da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), da Graduação em Direito e do Mestrado em Direito e Gestão de Conflitos, Doutora em Direito pela Universidade de Lisboa, Mestra em Direito pela Universidade Federal do Ceará.
Claudio Terrao	MG	Conselheiro TCE/MG	Conselheiro TCE/MG
Clovis Beznos	SP	Mestre e Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP	Mestre e Doutor pela Faculdade de Direito da PUC/SP; Professor Doutor de Direito Administrativo, nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Direito da PUC/SP; Ex-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA; Procurador do Estado de São Paulo aposentado e Advogado militante.
Cristiana Fortini	MG	Presidente do IBDA	Doutora em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da graduação. Mestrado e Doutorado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduação na Faculdade Milton Campos. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA.
Cristina Andrade Melo	MG	Procuradora do Ministério Público de Contas e Mestre em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da UFMG	Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, mestre em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da UFMG, editora-chefe da Revista do MPC – Controle em Foco, diretora-tesoureira da Associação Nacional do Ministério Público de Contas e membro da Comissão de Estudos de Licitações e Contratos do IBDA.
Daiesse Bonfim	SP	Chefe da Divisão de Auditoria de Licitações e Contratos na Advocacia Geral da União	Auditora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo Presidente da Comissão de Diversidade Racial - IBDA Mestre e Especialista em Direito Público Chefe da Divisão de Auditoria de Licitações e Contratos na Advocacia Geral da União

Daniel Ferreira	PR	Pós-Doutor pelo Lus Gentium Conimbrigae FDUC, Advogado e Consultor	Pós-Doutor pelo lus Gentium Conimbrigae (FDUC), Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUCSP; Professor Permanente e atual Coordenador do PPGD Centro Universitário Internacional (UNINTER); Árbitro, Parecerista e Advogado em Curitiba-PR
Daniel Wunder Hachem	PR	Pós-Doutor e Professor de Direito da PUC-PR e UFPR, Advogado e Consultor	Professor da Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito da UFPR e da PUCPR Doutor e Mestre em Direito pela UFPR Professor Visitante da Escola de Direito da Sorbonne
Daniela Mello Coelho Haikal	MG	Doutora em Direito Administrativo. Professora da UFMG. Superintendente de Controle Externo do TCEMG	Graduação em Direito pela Universidade Federal de Viçosa. Mestrado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi Professora adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE MG)
Dinorá Adelaide Musseti Grotti	SP	Professora, Doutora e Mestre em Direito pela PUCSP	Doutora e Mestre em Direito do Estado pela PUC SP. Especialista em Direito Civil pela USP. Professora aposentada da PUC SP. Ex procuradora do Município de SP. Mediadora, Conciliadora. Advogada.
Edgar Guimarães	PR	Pós-Doutor e Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP, Advogado e Consultor	Advogado. Pós-Doutor em Direito pela UNISALENTO (Itália). Doutor e Mestre em Direito pela PUC/SP. 2º Vice-Presidente do IBDA. Professor nos cursos de Pós-Graduação da PUC/PR e da Escola Paranaense de Direito. Consultor Jurídico (aposentado) do TCE/PR. Árbitro da CAMFIEP. Membro do Instituto dos Advogados do Paraná. Autor de livros e artigos jurídicos.
Edilberto Carlos Pontes Lima	CE	Presidente do IRB- Instituto Rui Barbosa. Conselheiro do TCE/CE	Presidente do IRB- Instituto Rui Barbosa. Conselheiro do TCE/CE
Edilson Pereira Nobre Júnior	PE	Desembargador do Tribunal Regional Federal da Quinta Região	Professor Titular na Faculdade de Direito do Recife - Universidade Federal de Pernambuco. Pos-Doutoramento perante o Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Desembargador do Tribunal Regional Federal da Quinta Região
Eduardo Grossi Franco Neto	MG	Procurador do Estado de MG	Procurador do Estado de Minas Gerais. Mestre em Direito e Administração Pública pela UFMG. Professor da Pós-graduação (MBA) da PUC Minas em Infraestrutura, Concessões e PPP's. Especialista pela Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal - FESMPDFT. Especialista em Advocacia Pública pelo IDDE – Instituto para o Desenvolvimento Democrático/MG. Advogado. Procurador-Chefe do Centro de Serviços Compartilhados - CSC/SEPLAG-MG. Autor de livro e artigos jurídicos.

Elisa Vieira Leonel	DF	Secretária de Coordenação das Estatais, no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI)	Servidora de carreira da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), já foi gestora no Ministério das Comunicações, atuou em projetos de inclusão digital na Presidência da República, dentre eles o Programa Nacional de Banda Larga. Foi diretora de Relações Corporativas e Negócios Responsáveis da empresa DialMyApp e atualmente atua como Secretária de Coordenação das Estatais, no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI).
Emerson Gabardo	PR	Pós-doutorado em Direito Público Comparado pela Fordham University School of Law (EUA – 2013) e Doutor em Direito do	Professor Titular de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor Associado de Direito Administrativo da Universidade Federal do Paraná.
Emerson Moura	RJ	Professor em Direito da UNIRIO-RJ	Coordenador e Professor Permanente do Programa de Mestrado em Direito da UNIRIO. Professor Colaborador do Programa de Mestrado em Direito da UERJ. Professor Adjunto da UNIRIO e UFRRJ. Doutor em Direito pela UERJ. Mestre em Direito Constitucional e Especialista em Direito da Administração Pública pela UFF. Presidente da Comissão de Direito Administrativo do IAB. Coidealizador, cofundador e diretor do IDARJ.
Erika Lacet	PE	Procuradora e Controladora Geral do Estado de Pernambuco	Certificada em Implementação da LGPD pela Privacy Academy, certificada em Governança e Gestão de Riscos. É procuradora do Estado de Pernambuco e Controladora Geral do Estado de Pernambuco.
Eurico Bitencourt Neto	MG	Professor de Direito Administrativo da UFMG e Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa	Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa. Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG. Foi Presidente do Instituto Mineiro de Direito Administrativo - IMDA e Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA)
Eurico Soares Montenegro Neto	RO	Mestre em Direito Econômico e Doutorando em Direito Constitucional no IDP, Presidente do IRDA	Presidente do Instituto Rondoniense de Direito Administrativo, Mestre em Direito Econômico pela PUC-PR. Sócio do Montenegro, Bernardo, Andrade e Vargas Sociedade de Advogados e Advogado Consultivo da Caixa Econômica Federal da área de Licitações de Contratos.
Fábio Andrade	PB	Mestre em Direito Internacional - Unisantos (SP)	Graduado pela UFPB (2000). Mestre em Direito Internacional - Unisantos (SP). Especialista em Direito Processual Civil - Universidade Cândido Mendes (RJ). Professor de Direito Constitucional - Unipê (PB). Conselheiro da OAB/PB (2007-2009/2016-2018). Presidente do Conselho Municipal de Transparência Pública e Combate à Corrupção de João Pessoa (2018-2019). Chefe da Assessoria Jurídica da Cagepa (2011-2014). Superintendente da Sudema PB (2019). Procurador-Geral do Estado da Paraíba (2019-2024).
Fábio Bandeira de Mello	AM	Presidente do Instituto Amazonense de Direito Administrativo - IADA	Advogado. Presidente do Instituto Amazonense de Direito Administrativo - IADA.

Fábio Lins de Lessa Carvalho	AL	Procurador do Estado de Alagoas	Doutor em Direito Administrativo pela Universidad de Salamanca (Espanha), Professor dos cursos de graduação e mestrado da UFAL e do Cesmac, Procurador do Estado de Alagoas, Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas (IDAA)
Fabio Santana	SP	Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP	Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP Presidente da Comissão de Direito Constitucional da OAB/SP Procurador do Município de São Paulo
Fábio Sousa Santos	RO	Procurador do Estado de Rondônia. Mestre e Doutor	Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Procurador do Estado de Rondônia
Fabício Motta	GO	Conselheiro do TCM-GO	Conselheiro do Tribunal e Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO); Professor da UFG; Membro nato da Diretoria do IBDA
Felipe Gussoli	PR	Doutor em Direito pela UFPR; Mestre em Direito pela PUC-PR	Doutor em Direito pela UFPR; Mestre em Direito pela PUC-PR; Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto Romeu Felipe Bacellar; Advogado em Curitiba-PR.
Fernanda Fritoli	SP	Doutoranda em Direito Administrativo e Mestre pela PUCSP	Doutoranda em Direito Administrativo e Mestre em Direito Constitucional pela PUC-SP; Vice-Presidente de Assuntos Estratégicos da Comissão de Direito Constitucional da OAB/SP. Professora de cursos de especialização; Advogada. Sócia da Fritoli & Moraes Advogados Associados.
Fernando Mânica	PR	Doutor em Direito pela USP	Doutor em Direito pela USP. Advogado e Consultor especializado em parcerias da Administração Pública. Presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/PR.
Flavia Bittar	MG	Presidente da CAMARB – Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial – Brasil	Advogada. Sócia fundadora de Flávia Bittar Advocacia. Pós-Graduada em Direito Arbitral e Direito Comercial Internacional pela Università degli Studi di Milano (Itália). Presidente da CAMARB – Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial – Brasil. Ex-Presidente do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr).
Flávio Garcia Cabral	MS	Procurador da Fazenda Nacional	Pós-doutor em Direito pela PUCPR; Especialista e Doutor em Direito Administrativo pela PUC-SP; Professor e Procurador da Fazenda Nacional.
Flávio Unes	DF	Diretor Titular Jurídico-Estratégico da FIESP e Professor de Direito Administrativo	Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Diretor jurídico da FIESP. Sócio do Silveira e Unes Advogados

Flávio Willeman	RJ	Procurador do Estado (RJ) e Mestre em Direito pela UCAM	Procurador do Estado (RJ). Mestre em Direito pela UCAM. Doutor em Direito, Instituições e Negócios – PPGDIN – na Universidade Federal Fluminense – UFF - Advogado. Professor da FGV, EMERJ e ESAP. Autor dos livros Responsabilidade Civil das Agências Reguladoras (Ed. Forum); Temas de Direito Constitucional e Administrativo (Ed. Lumen Juris); Manual de Direito Administrativo (Ed. Impetus) e Responsabilidade Civil do Estado por Risco Jurisdicional Anormal no Brasil: por uma nova teoria sobre a responsabilidade civil do Estado-Juiz (2023 – editora CEEJ).
Florivaldo Dutra de Araújo	MG	Professor de Direito Administrativo da UFMG e Procurador da ALMG	Professor de Direito Administrativo na UFMG. Procurador da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.
Francisco Zardo	PR	Mestre em Direito do Estado (UFPR)	Doutorando em Direito Administrativo (USP). Mestre em Direito do Estado (UFPR). Conselheiro Estadual da OAB/PR. Vice-Presidente do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro – IDASAN. Sócio da Dotti Advogados.
Gabriela Galvão	PB	Assessora Especial do Procurador Geral do Município de João Pessoa.	Assessora Especial do Procurador Geral do Município de João Pessoa. Advogada e Consultora jurídica especialista em Licitações e Contratações Públicas. Vice-Presidente do Instituto de Direito Administrativo da Paraíba – IDAPB. Presidente da Comissão de Direito Administrativo da OAB/PB. Membro da Comissão de Implementação da nova Lei de Licitações no Município de João Pessoa/PB.
Gabriela Pércio	SC	Vice-Presidente do Instituto Nacional da Contratação Pública	Advogada, mestre em gestão de políticas públicas, sócia na GVP Parcerias Governamentais.
Geraldo Spagno	MG	Presidente do IMDA, Advogado e Professor de Direito Administrativo e Constitucional	Mestre em Direito Administrativo (UFMG) Presidente do Instituto Mineiro de Direito Administrativo (IMDA) Autor do livro “Comentários à Lei de Mobilidade Urbana”, 2ªed, Ed. Fórum.
Giovanni Menicucci	DF	Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP	Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP. Membro fundador e Diretor de Comunicação do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN). Presidente da Comissão de Combate à Corrupção da OAB/DF e membro do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (IBRAC) e do Instituto de Direito Administrativo do Distrito Federal (IDADF) e Advogado no BMA em Brasília.
Giulia de Rossi Andrade	PR	Advogada, Conselheira e Presidente da Comissão de Gestão Pública da OABPR, Diretora Acadêmica Adjunta do IPDA, Doutoranda e Mestre pela PUCPR	Advogada no escritório Bacellar & Andrade. Doutoranda e Mestre em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Diretora Acadêmica Adjunta do Instituto Paranaense de Direito Administrativo. Vice-Presidente da Comissão de Gestão Pública e Controle da Administração - Ordem dos Advogados do Brasil (PR).

Givonaldo Rosa Rufino	PB	Consultor Jurídico do TCE/PB	Advogado, especialista em Direito Público, Consultor Jurídico do TCE/PB. Fui Coordenador Jurídico da CGE/PB (2009 a 2019) e da SEPLAG/PB (2019 a 2021).
Gurgel de Faria	DF	Ministro do STJ	Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Mestre e Doutor em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor da Universidade de Brasília (UnB), do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito (PPGD) do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e do PPGD da Universidade Nove de Julho (UNINOVE).
Gustavo Martinelli Tanganelli Gazotto	PR	Mestre em Direito Econômico pela PUC-PR Bacharel em Direito pela UFPR Autor do livro "Lobby e interesse público"	Mestre em Direito Econômico pela PUC-PR Bacharel em Direito pela UFPR Autor do livro "Lobby e interesse público"
Harley Carvalho	CE	Doutor em Direito pela Universidade Federal do Ceará	Doutor em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Professor no Centro Universitário Christus Pesquisador nos temas planejamento, intervenção do estado na propriedade e serviços públicos. Advogado e consultor jurídico.
Heloisa Helena Monteiro	GO	Conselheira Substituta do TCE-GO	Mestre em Políticas Públicas e Gestão Governamental (IDP/UNB), especialista em Direito Tributário e graduada em Direito pela UFG. Sua experiência abrange desde a atuação como Procuradora da Assembleia Legislativa de Goiás, onde exerceu um papel fundamental, até a docência como professora de Direito Financeiro e Tributário na ESMEG. Sua atuação no controle externo é vasta, sendo Conselheira Substituta do TCE-GO desde 2008. Além disso, sua liderança se destacou como Vice-Presidente de Relações Jurídico-Institucionais da ATRICON e, agora, como Diretora Institucional do IBDA e Presidente do IDAG.
Iggor Gomes Rocha	PR	Diretor Administrativo da Itaipu Binacional	Diretor Administrativo da Itaipu Binacional. Professor de Direito Administrativo, advogado e associado à International Public Policy Association (IPPA)
Irene Nohara	SP	Professora da Universidade Mackenzie	Livre-Docente, Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da USP. Professora Pesquisadora do Programa de Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Advogada parecerista e Árbitra. Autora de diversas obras jurídicas.
Isabella Macedo Torres	RJ	Mestre em Direito Constitucional pela UFF-RJ	Advogada e professora. Mestre em Direito Constitucional pela UFF. Especialista em Direito e Advocacia Pública pela UERJ. Diretora Executiva de Pesquisa do Centro para Estudos Empíricos Jurídicos (CEEJ) e do Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Direito Administrativo Contemporâneo (GDAC). Associada ao Instituto de Direito Administrativo Sancionador (IDASAN).

Isabelly Cisne	CE	Doutoranda e Mestre em Direito pela UFC	Doutoranda e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Especialista em Direito Administrativo pela PUC-MG. Coordenadora do Curso de Direito da Unichristus - Campus Parquelândia. Sócia do Escritório MBC Advogados.
Ismar Viana	SE	Auditor de Controle Externo e Doutorando em Direito Administrativo (PUCSP)	Doutorando em Direito Administrativo (PUC-SP). Mestre em Direito. Membro do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN) e da Comissão de Direito Administrativo Sancionador da OAB nacional.
Izabel Vicente Izidoro da Nóbrega	PB	Mestre em Direito Econômico também pela UFPB	Graduada em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestre em Direito Econômico também pela UFPB. É Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, atualmente ocupando de Diretora de Economia e Finanças do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Autora de livro e artigos científicos.
Izabela Matias	RR	Advogada, especialista em direito administrativo e processual civil.	Advogada, especialista em direito administrativo e processual civil. Militante na política pública habitacional e direito aos povos indígenas de Roraima.
Jader Ferreira Guimarães	ES	Doutor em Direito do Estado pela PUCSP	Mestre e doutor em Direito do Estado pela Puc/SP; Ex-procurador geral do Município de Vitória/ES; Professor e advogado militante.
Janriê Rodriguez Reck	RS	Procurador Federal do RS	Doutor em Direito. Professor do Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul. Procurador Federal.
João Batista Moreira	DF	Desembargador Presidente do TRF 1ª Região	Desembargador Presidente do TRF 1ª Região
João Miguel França Corcovado	PR	Graduando Direito na UFPR	Acadêmico de Direito pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, Técnico em Informática pelo Instituto Federal do Paraná – IFPR
João Paulo Lacerda	MS	Presidente do Instituto de Direito Administrativo do Mato Grosso do Sul	Advogado Administrativista. Professor. Conselheiro do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Mato Grosso do Sul (IDAMS).
Joel Menezes Niebuhr	SC	Doutor em Direito Administrativo pela PUC-SP, Advogado e Consultor	Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP. Mestre em Direito pela UFSC. Advogado. Autor de “Licitação Pública e Contrato Administrativo”.

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	DF	Advogado, Mestre em direito público e Professor de Direito Administrativo	É sócio fundador do escritório Jacoby Fernandes & Reolon e Consultor Permanente do Instituto Protege Advogado, mestre em direito público pela UFPE, professor de direito administrativo, escritor, consultor e conferencista.
José Anacleto Abduch Santos	PR	Doutor em Direito Administrativo pela UFPR	Procurador do Estado do Paraná, Doutor em Direito Administrativo pela UFPR, Professor de Direito Administrativo, membro da Comissão Especial de Direito Administrativo da OAB Federal, Diretor do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, Professor do Curso de Especialização em Licitações e Contratos Administrativos da PUC/PR, autor da obras Licitação e Contratação Pública de acordo com a Lei n.º 14.133/21.
José dos Santos Carvalho Filho	RJ	Procurador de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	Mestre em Direito (UFRJ) Procurador de Justiça do Rio de Janeiro (aposentado) Professor de Direito Administrativo
José Osório do Nascimento Neto	PR	Professor de Direito Administrativo da ESMAFE-PR, EstácioPR e GO	Professor de Direito Administrativo da ESMEG/GO, ESMAFE/PR e Estácio Brasil. Pós-doutor em Direito Político e Econômico pelo MACKENZIE/SP. Doutor e Mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela PUC/PR. Advogado e Membro da Comissão de Educação Jurídica da OAB/PR.
José Sérgio da Silva Cristóvam	SC	Professor de Direito Administrativo da UFSC, Presidente do IDASC	Professor de Direito Administrativo da UFSC. Mestre e Doutor em Direito pela UFSC. Profesor invitado de la Universidad de Buenos Aires (Argentina) y de la Universidad Autónoma de Nuevo León (México). Membro fundador e Diretor Acadêmico do IDASC, membro efetivo da Asociación Internacional de Derecho Administrativo (AIDA) y de la Asociación Mexicana de Derecho Administrativo (AMDA). Advogado em Santa Catarina.
Juarez Freitas	RS	Professor Titular do Mestrado e do Doutorado em Direito da PUC-RS	Jurista, Professor Titular Aposentado de Direito Administrativo da UFRGS. Ex-Presidente do IBDA.
Juliana Horn Machado Philippi	PR	Doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Paraná - UFPR	Doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. Advogada.
Juliana Palma	SP	Mestre e doutora pela Faculdade de Direito da USP	Mestre e doutora pela Faculdade de Direito da USP
Juliano Heinen	RS	Procurador do Estado RS	Doutor em Direito (UFRGS); Procurador do Estado do Rio Grande do Sul; Professor de Direito Administrativo

Julio Cesar dos Santos Esteves	MG	Professor da PUC/MG e Procurador da Assembleia Legislativa de Minas Gerais	Professor de Direito Administrativo da Pucminas; Procurador e ex-Procurador-Geral da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ex-Secretário Adjunto de Casa Civil e ex-Controlador-Geral do Estado de Minas Gerais; ex-Presidente do Instituto Mineiro de D. Administrativo.
Juscimar Pinto Ribeiro	GO	Presidente do IDAG - GO	Advogado. Presidente do IDAG - Instituto de Direito Administrativo de Goiás. Especialista em direito administrativo e direito constitucional.
Karina Harb	SP	Advogada, Professora, Doutora e Mestre em Direito Administrativo pela PUCSP, Assessora de Controle Externo TCMSP	Doutora e Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP. Professora de Direito Administrativo da graduação em Direito da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e Pós Graduação lato sensu da PUCSP, PUC/RJ, Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (ESPGE), da Escola Paulista da Magistratura de São Paulo e da Escola Brasileira de Direito (EBRADI). Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Advogada.
Keity Saboya	RN	Juíza de Direito do TJRN atualmente auxiliando a Presidência do CNJ	Juíza de Direito do TJRN atualmente auxiliando a Presidência do CNJ
Licurgo Mourão	MG	Conselheiro Substituto do TCE-MG	Pós-doutorando e Doutor em Direito (USP). CCEP-Internacional com extensões na Hong Kong University; California Western School of Law; Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne; The George Washington University. Professor, palestrante e Conselheiro do TCE MG.
Ligia Melo Casimiro	CE	Professora Doutora de Direito Administrativo da UFC	Professora Doutora de Direito Administrativo de graduação e pós-graduação da UFC; Presidente do ICDA; 3a Vice presidente do IBDA.
Lilian Azevedo	BA	Presidente da ANPM - BA	Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais - ANPM. Procuradora do Município de Salvador. Especialista em Direito Municipal e Processual. Coordenadora das Representações da Procuradoria-Geral do Município de Salvador.
Lucas Bossoni Saikali	PR	Mestre e Doutorando em Direito na UF-PR	Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Assessor da Chefia de Gabinete da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.
Luciana Raso	MG	Coordenadora de Pós- Graduação da Escola de Contas do TCEMG, professora de pós-graduação da Escola de Contas e Capacitação	Coordenadora de Pós- Graduação da Escola de Contas do TCEMG, professora de pós-graduação da Escola de Contas e Capacitação Pedro Aleixo
Luciano Ferraz	MG	Advogado. Professor de Direito Administrativo na UFMG e na PUC Minas	Professor Associado IV de Direito Administrativo na UFMG e Adjunto III de Direito Administrativo e Financeiro na PUC Minas. Advogado e consultor de entidades públicas e privadas. É Mestre e Doutor em Direito Administrativo pela UFMG, com pós-doutorado em Direito pela Universidade Nova de Lisboa.

Luciano Reis	PR	Doutor em Direito Administrativo-PR	Doutor e Mestre em Direito Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutor em Direito Administrativo pela Universitat Rovira i Virgili. Professor de Direito Administrativo do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA) e da Escola Paranaense de Direito . Presidente do Instituto Nacional de Contratação Pública Diretor do Instituto Paranaense de Direito Administrativo.
Luiz Alberto Blanchet	PR	Professor Titular da PUCPR	Professor Titular do Programa de Doutorado e Mestrado da PUCPR; Membro Catedrático da Academia Brasileira de Direito Constitucional; Membro da Rede Docente eurolatinoamericana de Direito Administrativo; Autor de diversas obras de Direito Administrativo e Direito da Energia.
Luiz Magno Pinto Bastos Junior	SC	Doutor em Direito (UFSC)	Advogado e professor universitário (UNIVALE/UFSC). Doutor em Direito (UFSC), com estágio pós-doutoral na McGill University. Autor de obras e artigos científicos.
Luzardo Faria	SP	Doutorando em Direito pela USP. Mestre em Direito pela UFPR.	Doutorando em Direito pela USP. Mestre em Direito pela UFPR. Membro do Instituto Paranaense de Direito Administrativo. Advogado e professor em Direito Administrativo.
Maisa de Castro Sousa	GO	Procuradora do Ministério Público de Contas TCE-GO	Procuradora do Ministério Público de Contas TCE-GO. Mestre em Direito e Políticas Públicas (PPGDP), Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Goiás. Especialista em Controle Externo e Governança Pública- IDP. Especialista em Direito Público -UNIDERP..
Marçal Justen Filho	SP	Mestre e Doutor em Direito Público pela PUC/SP, Advogado e Consultor	Advogado, fundador e sócio de Justen, Pereira, Oliveira & Talamini – Sociedade de Advogados. Mestre e Doutor em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). Professor no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Coordenador Nacional de projetos na área de Licitações e Contratos Administrativos da Escola Nacional de Advocacia – ENA. Membro do Conselho Editorial da Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, membro da Red Iberoamericana de Contratación Pública, da Public Contracts in Legal
Marcela de Oliveira Santos	SP	Diretora de Projetos da São Paulo Parcerias	Diretora de Projetos da São Paulo Parcerias, Advogada e Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Lidera a modelagem de diversos projetos de concessões e PPPs no Município de São Paulo e em outros entes.
Marcello Claritch	Italia	Professor titular	Professor titular na Faculdade de Direito da Università degli Studi di Roma "La Sapienza"

Marcelo Harger	SC	Sócio na Harger Advogados - SC	Membro da Academia Joinvilense de Letras, advogado, professor, ex-conselheiro do Tribunal Administrativo Tributário de Santa Catarina, Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina – IDASC, pós-graduado em processo civil pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, com MBA em gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vargas, mestre e doutor em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, autor de diversos livros e artigos jurídicos.
Marcelo Magalhães	CE	Doutor em Direito	Doutor em Direito Procurador do Banco Central do Brasil Professor de Direito Administrativo na Universidade de Fortaleza
Márcio Augusto Moura de Moraes	PA	Presidente do Instituto de Direito Administrativo do Pará	Advogado. Possui graduação em Direito pela Universidade de Fortaleza (2003); Especialização em Direito Processual pela Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes (2007); MBA em Direito do Trabalho pela FGV-Ideal (2015); Ex-Presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/PA entre os anos de 2013/2018; Conselheiro Seccional Efetivo da OAB/PA para o triênio 2019/2021 e 2022/2024; Membro da Comissão Especial de Direito Administrativo do Conselho Federal da OAB; Atual Presidente e membro fundador do Instituto de Direito Administrativo do Pará (IDAPAR); Sócio Fundador do escritório Marcio Moraes Advocacia.
Márcio Cammarosano	SP	Professor, Doutor e Mestre em Direito pela PUC-SP e Advogado	Ex-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Presidente do Instituto CEDDE. Doutor e Mestre em Direito pela PUC/SP. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da PUC/SP. Procurador municipal aposentado, parecerista e advogado.
Marcos Nóbrega	PE	Professor de Direito na UF PE e Conselheiro Substituto do TCE PE	Conselheiro substituto do Tribunal de Contas de Pernambuco. Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pós-doutor pela Harvard Law School e Kennedy School of Government Harvard University. Pós-doutor pela Universidade de Direito de Lisboa (FDUL).
Marcos Perez	SP	Professor Associado de Direito Administrativo da FDUP	Sócio fundador da Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques, Sociedade de Advogados. Professor associado de Direito Administrativo na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Presidente da Comissão de Infraestrutura da OAB/SP.
Marcus Rômulo Mello	AL	Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas	Promotor de Justiça. Coordenador das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público de Maceió Promotor Eleitoral. Sócio-Fundador do IDAA - Instituto de Direito Administrativo de Alagoas. Professor da Esmafe - Escola da Magistratura Federal da 5ª Região. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Alagoas.
Maria Cristina Cesar de Oliveira	PA	Doutora e Mestre em Direito	Doutora em Direito. Mestre em Direito - Instituições Jurídico Políticas. Diretora Acadêmica do Idapar. Poressora Associado III, Ufpa (aposentado) Consultora Jurídica, Estado do Pará. (Aposentada)

Maria Fernanda Pires	MG	Doutora em Direito Público pela PUC Minas, Advogada e Consultora	Graduada em Direito pela PUC Minas. Especialista em Direito Urbanístico pela PUC Minas. Mestre em Direito Administrativo pela UFMG. Doutora em Direito Público pela PUC Minas. Ex-Presidente do Instituto Mineiro de Direito Administrativo - IMDA. Professora de Direito Administrativo na Especialização da (PUC Minas). Foi juíza substituta do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais (TRE MG).
Maria Sylvia Zanella Di Pietro	SP	Mestre, Doutora e Livre-Docente pela Faculdade de Direito da USP	Mestre, Doutora e Livre-Docente pela Faculdade de Direito da USP. Professora Titular aposentada pela mesma Faculdade. Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal de Goiás. Procuradora do Estado de São Paulo aposentada. Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Autora de vários livros, dentre os quais Direito Administrativo (36. ed.) e Parcerias na Administração Pública (13. ed.), publicados pela Editora Forense.
Maria Tereza Fonseca Dias	MG	Advogada e Professora de Direito Administrativo na UFMG	Doutora e mestre em Direito Administrativo pela UFMG. Professora associada do Departamento de Direito Público da UFMG. Advogada
Marilene Matos	DF	Mestre em Direito Constitucional pelo IDP	Advogada, Professora Universitária, autora de livros e artigos jurídicos, palestrante e Socia-fundadora da Master Infra Consultoria em Infraestrutura.
Mário Spinelli	RJ	Diretor de Governança e Conformidade da Petrobras	Diretor de Governança e Conformidade da Petrobras Doutor em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (FJP-MG). Professor da graduação e do mestrado profissional na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Professor convidado do Curso de Pós-Graduação em Direito Econômico e Regulatório da PUC-RJ.
Maurício Zockun	SP	Advogado e Professor de Direito Administrativo da PUC-SP	Professor de Direito Administrativo da PUC/SP, advogado.
Mestre e Especialista em Direito Administrativo pela PUC/SP. Professora aposentada	SP	Professora, Mestre e Especialista em Direito Administrativo pela PUC/SP	Mestre e Especialista em Direito Administrativo pela PUC/SP. Professora aposentada de Direito Administrativo da PUC/SP e Procuradora do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, aposentada. Presidente do Instituto de Direito Administrativo de São Paulo.
Natalia Resende Andrade Ávila	SP	Procuradora Federal e Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo	Procuradora Federal e Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo

Nicholas Andrey Monteiro Watzko	PR	Mestrando em Direito do Estado pela UFPR	Mestrando em Direito do Estado (UFPR). Pesquisador do Núcleo de Investigações Constitucionais da UFPR (NINC). Bacharel em Direito (UFPR). Assessor do Gabinete do Secretário de Estado da Fazenda do Paraná (SEFA/PR).
Odilon dos Santos Silva	BA	Advogado, Especialista em Direito Eleitoral e em Licitações e Contratos Administrativos	Advogado, Especialista em Direito Eleitoral e em Licitações e Contratos Administrativos, Assessor Jurídico da Secretária de Sustentabilidade da Prefeitura Municipal de Salvador/BA, Membro da Comissão de Estudos sobre Diversidade Racial do IBDA.
Patricia Veronica Sobral de Souza	SE	Professora, Doutora em Direito Público, Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Sergipe	Pós-Doutora em Direito Digital pela Mediterranea International Centre for Human Rights Research dell Università Mediterranea di Reggio Calabria (Itália). Pós-Doutora e Doutora em Direito Público - Universidade Federal da Bahia (UFBA) Doutora em Educação - Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Paulo Modesto	BA	Promotor de Justiça do Estado da Bahia e Professor da UFBA	Promotor de Justiça do Estado da Bahia e Professor de Direito Administrativo da UFBA
Pedro Azevedo	MG	Diretor de Inteligência do TCEMG, Mestre em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro	Mestre em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Pós-graduado em Direito Público. Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, onde exerce a função de Superintendente de Controle Externo. Advogado e professor da PUCMINAS, da Escola de Contas do TCE-MG e da ESA-OAB.
Pedro Paulo de Almeida Dutra	MG	Professor Titular de Direito Administrativo da UF-MG	Professor Titular aposentado de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Procurador aposentado do Estado de Minas Gerais. Ex-Presidente e Membro Fundador do Instituto Mineiro de Direito Administrativo - IMDA. Ex-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA; Doutor em Direito Público pela Universidade Paris II - Panthéon-Assas. Membro da Academia Mineira de Letras Jurídicas.
Rafael Ramos	RS	Procurador do Município de Porto Alegre	Mestre em Direito Público pela PUCRS e Especialista em Direito do Estado pela UFRGS. Procurador do Município de Porto Alegre. Procurador-chefe da Procuradoria de Indenizações.
Rafael Sérgio de Oliveira	PE	Procurador Federal da AGU - PE/DF	Procurador Federal da AGU e fundador do Portal L&C. Mestre em Direito e Pós-Graduado em Direito da Contratação Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Participou do Programa de Intercâmbio Erasmus+ na Università degli Studi di Roma - Tor Vergata. Professor e conferencista em diversos eventos nacionais de contratação pública. Coordenador e coautor do livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Fórum, 2022).

Rafael Wallbach Schiwind	PR	Doutor e Mestre em Direito do Estado pela USP	Doutor e Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Foi visiting scholar na Universidade de Nottingham, Inglaterra. Autor dos livros “O Estado Acionista” (2017), Licitações Internacionais (3ª edição, 2022), e Remuneração do Concessionário nas concessões comuns e parcerias público-privadas (2010). Advogado e consultor na área de direito público e da infraestrutura. Sócio de Justen, Pereira, Oliveira e Talamini – Sociedade de Advogados.
Raphael Peixoto	PB	Procurador Federal (AGU)	Professor do IDP-DF e do PPGD-Ufersa. Doutor e mestre em Direito pela UnB. Procurador Federal (AGU).
Raquel Urbano de Carvalho	MG	Procuradora do Estado de MG	Procuradora do Estado de Minas Gerais. Professora de Direito Administrativo. Mestre em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da UFMG.
Regina Ferrari	PR	Professora Senior da Universidade Federal do Paraná e Professora titular da Universidade Tuiuti do Paraná	Graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1972) e doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2000). Atualmente é Professora Senior da Universidade Federal do Paraná e professor titular da Universidade Tuiuti do Paraná. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público
Renata Fabris	RO	Advogada Administrativista - RO	Mestranda em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Pós-Graduada em: Direito Público pelo Instituto Luiz Flávio Gomes - LFG; em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Público - IDP; Licitações e Contratos pelo Instituto Póli Civitas; MBA em Licitações e Contratos pela Universidade São Lucas; Advogada no escritório Fabris & Gurjão Advocacia; Secretária-Geral do IRDA e Presidente da Comissão Estadual de Direito Administrativo da OAB-RO;
Renata Rainho	MG	Doutoranda e Mestre em Direito pela UFMG	Doutoranda e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da linha de pesquisa Administração Pública e Desenvolvimento Estratégico. Advogada e consultora jurídica especializada em Direito Administrativo, com atuação sobretudo em infraestrutura, compliance e direito administrativo sancionatório. Profissional certificada CP³P-F e CPC-A.
Renila Bragagnoli	PB	Advogada e Gerente da Secretaria de Integridade da CODEVASF, professora e palestrante com Certificação Profissional em Compliance Anticorrupção CPC-A	Advogada chefe da assessoria jurídica da Codevasf; Mestranda em Direito Administrativo e Administração Pública; Professora de cursos de Pós-Graduação na temática Lei das Estatais
Ricardo Marcondes Martins	SP	Professor Doutor em Direito do Estado pela PUCSP	Doutor em Direito Administrativo pela PUC-SP Professor de Direito Administrativo da PUC-SP Procurador do Município de São Paulo.
Ricardo Schneider	AL	Subprocurador-Geral do MP de Contas de Alagoas	Pós-Doutorando em Controle Externo e Novas Tecnologias pela USP. Doutor em Direito pela PUC/RS. Mestre em Direito Público pela UFAL. Professor do PPGD do Centro Universitário Cesmac. Vice-Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas. Procurador do Ministério Público de Contas de Alagoas.

Roberto Pojo	DF	Secretário de Gestão e Inovação, cargo vinculado ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	Secretário de Gestão e Inovação, cargo vinculado ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Rodrigo Pironti	PR	Doutor e Mestre em Direito Econômico e Social pela PUCPR	Pós-Doutor em Direito pela Universidad Complutense de Madrid. Doutor e Mestre em Direito Econômico e Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Vice-Presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo – IPDA. Eleito nos anos de 2021 e 2022 advogado mais admirado em Compliance do país e o mais admirado no ranking geral entre os advogados do Paraná pelo Editorial Analise e o mais admirado do Brasil no ranking Compliance ON TOP 2022. Autor de várias obras jurídicas nas áreas de controles internos, Compliance, gestão de riscos e LGPD. Advogado sócio e CEO do escritório Pironti Advogados.
Rodrigo Santos Neves	ES	Doutor em Direito pela FDV - ES	Doutor em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV - ES Mestre em Direito Empresarial pela Universidade Candido Mendes - RJ Professor Adjunto de Direito Público da Faculdade Municipal de Linhares - Faceli Membro associado efetivo da Academia Brasileira de Direito Civil Membro da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB-ES; Procurador Municipal; Advogado Militante no ES
Rodrigo Valgas dos Santos	SC	Professor, Doutor e Mestre em Direito Administrativo e Advogado	Especialista em Direito Administrativo pela Universidade Regional de Blumenau - FURB; Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná - UFPR; Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Professor de graduação e pós-graduação do CESUSC; 2 Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo- IBDA; Membro Fundador do Instituto de Direito Administrativo Sancionador - IDASAN
Rogério Gesta Leal	RS	Desembargador do TJRS. Doutor em Direito e Professor da UNISC	Doutor em Direito. Professor Titular da Universidade de Santa Cruz do Sul e da Fundação Escola Superior do Ministério Público do RS, nos cursos de graduação, Mestrado e Doutorado. Desembargador do Tribunal de Justiça do RS, Presidente da Quarta Câmara Criminal, competente para o julgamento dos crimes contra a Administração Pública, crimes de Prefeitos e Vereadores, crimes tributários, contra a ordem econômica e contra as relações de consumo. Autor de mais de 20 livros, Brasil e Exterior, e de artigos no Brasil e Exterior.
Ronny Charles	PB	Advogado da União - PB	Advogado da União. Doutorando em Direito do Estado pela UFPE. Mestre em Direito Econômico pela UFPB. Pós-graduado em Direito tributário (IDP). Pós-graduado em Ciências Jurídicas (UNP). Membro da Câmara Nacional de licitações e contratos da Consultoria Geral da União. Membro fundador do Instituto Nacional de Contratações Públicas (INCP). Autor de diversos livros jurídicos, entre eles: Leis de licitações públicas comentadas (15ª Edição. Ed. JusPodivm).

Sara Fernanda Gama	MA	Juíza de Direito, titular do 1º cargo da 6ª vara da Fazenda Pública de São Luís-MA.	Juíza de Direito, titular do 1º cargo da 6ª vara da Fazenda Pública de São Luís-MA. Mestre em Direito Público pela Universidade Portucalense (Porto – Portugal – validado Brasil - Universidade/Marília-SP). Formadora da ENFAM e ESMAM.
Sérgio D'Andréa Ferreira	RJ	Procurador de Justiça aposentado	Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UERJ; Desembargador Federal do TRF 2 Região, aposentado; e Advogado Parecerista.
Sérgio Guerra	RJ	Professor Titular de Direito Administrativo da FGV Direito Rio. Pos-Doutorado em Administração Pública (FGV-FBAPE)	Professor Titular de Direito Administrativo da FGV Direito Rio. Pos-Doutorado em Administração Pública (FGV-FBAPE)
Sérgio Lopes Cabral	MG	Presidente CODEMGE	Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge)
Tatiana Camarão	MG	Mestre em Direito Administrativo pela UFMG	Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Vice-Presidente do Instituto Mineiro de Direito Administrativo – IMDA. Professora da Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Palestrante e instrutora de cursos de capacitação. Coautora de diversas obras.
Theresa Nóbrega	PE	Mestre e Doutora em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco	Mestre e Doutora em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora de Direito Administrativo, vinculada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, Coordenadora de grupo de pesquisa vinculado ao CNPq - GEDA - Grupo de Estudos em Direito Administrativo. Associada fundadora da ABRADADE, Membro do Instituto dos Advogados do Estado de Pernambuco - IAP PE, Presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB-PE, Membro da Comissão de Direito Administrativo do Instituto Brasileiro de Advogados IAB, Membro do Instituto de Direito Administrativo Sancionador IDASAN, Vice-Presidente do Instituto de Infraestrutura e Energia IFRAE, sócia e gestora do TNA advocacia.
Thiago Marrara	SP	Professor de Direito Administrativo da USP, Advogado e Consultor	Professor de direito administrativo da USP (FDRP). Doutor pela Universidade de Munique (LMU). Parecerista, árbitro e consultor em direito administrativo, regulatório e urbanístico. Fundador de Marrara Advocacia.
Valmir Pontes Filho	CE	Advogado, professor aposentado de Direito Constitucional e ex-Conselheiro Federal da OAB	Advogado. Professor (Aposentado) de Direito Constitucional e de Hermenêutica Jurídica (Unifor E U.F. Ceará). Ex-Conselheiro Federal da OAB. Procurador do Estado do Ceará (Aposentado) e Ex-Presidente do IBDA. Mestre em D. Const. Pela Puc/SP.

Vanessa Terrade	RJ	Professora Adjunta em Direito Administrativo na Universidade Federal Fluminense	Doutora em Direito Público pela Universidade Sorbonne-Paris Nord. Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Panthéon-Sorbonne Professora Adjunta de Direito Administrativo na Universidade Federal Fluminense.
Vânia Lúcia Ribeiro Vieira	DF	Secretária Executiva da Controladoria-Geral da União - CGU DF	Secretária-Executiva da CGU. Procuradora Federal da AGU, é Doutoranda em Direito pela UnB e Mestre em Direito Administrativo pela UFMG. Professora do IDP e do IBMEC, foi Controladora-Geral do Distrito Federal, Diretora de Prevenção da Corrupção da CGU e Consultora Jurídica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Vanice Lírio do Valle	RJ	Ex- Procuradora do Município do RJ	Professora Colaboradora do PPGDP/UFG, Visiting Fellow pelo Human Rights Program da Harvard Law School, Pós-doutorado em Administração pela EBAPE/FGV, advogada e consultora
Victor Amorim	DF	Doutor em Direito UnB e Analista Legislativo do Senado Federal	Doutor em Direito do Estado (UnB). Mestre em Direito Constitucional (IDP). Professor do Mestrado e Doutorado Profissional em Administração Pública do IDP. Advogado e Consultor Jurídico (Serur Advogados).
Vivian Lima Lopez Valle	PR	Professora Titular de Direito Administrativo da PUCPR	Pós Doutora pela Universidade Rovira i Virgili - Tarragona/Espanha Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná Especialista em Contratação Pública pela Universidade de Coimbra/Portugal Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos Professora Titular de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Vladimir França	RN	Mestre em Direito Público pela UFPE.	Advogado. Mestre em Direito Público pela UFPE. Doutor em Direito do Estado pela PUC/SP. Professor Titular de Direito Administrativo da UFRN.